

Capital humano: Como (des) construir a cidadania? *Human capital: How to (de)construct citizenship?*

Joacine Katar Moreira* e Luís Mah**

Num contexto de crise e de medidas austeras que ameaçam a sobrevivência de muitos portugueses, empurrando-os para situações de aflição e instabilidade, compreendemos a necessidade de focar a população da comunidade migrante e falar sobre a sua cidadania.

O termo *migrante* transfere a carga de chegada e de partida para o passado e encara a realidade de todos, tanto dos que entraram como dos que saíram do país. Neste texto, porém, a utilização do termo «migrante» pretende encarar outra realidade: a dos que migraram, mas que já não são imigrantes a partir do momento em que se naturalizaram portugueses. Serão os «Novos Portugueses» como foram chamados? Ou serão os Portugueses Naturalizados, ou serão apenas Portugueses? Ou serão *Não Só Portugueses*, mas também de outras nacionalidades e pertenças, atendendo às suas origens e ao seu percurso migratório...

A crise que se faz sentir hoje em Portugal, com força agravada, já há muito tempo é vivida e vislumbrada dentro das comunidades de migrantes. Trabalhos difíceis física e psicologicamente, e salários muito baixos. Dificuldades em assegurar as contas no final do mês, facto que obrigou muitas mulheres a terem mais do que um trabalho ao mesmo tempo - quando não eram mais de dois - para assegurarem apenas o básico para as suas famílias. Os homens migrantes, e dentro destes os de origem africana, são os que mais dificuldade têm em encontrar emprego fora das áreas clássicas da construção civil. Este facto fez pesar sobre as mulheres a responsabilidade de assegurar muitas vezes a subsistência da família. Outrora, o salário dos companheiros na construção civil equivalia a dois trabalhos da mulher (um trabalho a tempo inteiro e outro a tempo parcial) e permitia uma maior folga financeira. Mas há muito tempo, há uma década pelo menos, que o cenário das famílias mudou drasticamente com a diminuição da oferta na construção civil, ou tão-somente com uma maior procura nessa área, reduzindo a oferta. A desigualdade em termos de salário permanece a par da desigualdade no acesso a certos empregos.

Esta actual crise, portanto, só é nova para quem não conhecia a realidade da pobreza e da discriminação. Construir sem dinheiro pode ser feito de várias formas, e

* Doutoranda em Estudos Africanos no ISCTE-IUL e editora do Boletim Informativo *Eco da Voz di Paz*, Iniciativa para a Consolidação da Paz na Guiné Bissau / Doctoral student in African Studies at ISCTE-IUL and is also the editor of the Newsletter *Eco da Voz di Paz*, a *Voz di Paz* project - Initiative for Peacebuilding in Guinea Bissau (joacine.moreira@gmail.com)

** Investigador de pós-doutoramento no Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento (CESA) do ISEG / Post-doctoral researcher at the *Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento* (CESA) of ISEG (luis.mah@gmail.com)

devemos tirar lições de dentro das comunidades migrantes, sobre como sobreviver à crise e manter acesa a chama da esperança e a vontade de prosseguir.

Neste cenário, aponta-se aos imigrantes a sua fraca participação política e cívica no país. O seu desinteresse pela vida política e o seu afastamento da realidade do país. E como explicar e compreender este fenómeno?

As comunidades de migrantes, pela sua própria génese, tendem a distanciar-se do debate político, da acção política nos países onde são acolhidos, em parte, porque a sua primeira preocupação, como a de todos os cidadãos, passa antes de mais pela garantia da sua subsistência e pela melhoria das suas condições económico-financeiras. Mas esta aparente alienação da vida política acontece também porque raramente os países de acolhimento, quer falemos dos seus governos ou sociedades, são receptivos ao envolvimento destas comunidades no debate político. Como «hóspedes» é, pois, esperado que como «outsiders» se mantenham, e que se mantenham desse modo distantes do fórum político.

Mesmo naturalizados, mesmo sendo portugueses, os cidadãos provenientes das comunidades migrantes mantêm este comportamento de distanciamento político, e crê-se que a maioria não participa nas eleições. É pois necessária a construção da cidadania, desconstruindo as raízes desta realidade, que exige responsabilidades partilhadas tanto da parte dos Novos Portugueses, como, principalmente, da não inclusão dos interesses dos imigrantes na vida política, sendo que estes são capital humano essencial para o país e o seu crescimento.

Como incentivar então a participação política?

O facto dos cidadãos imigrantes, que vivem e são parte do país, não terem o direito de voto em matérias nacionais, que afectam de forma estridente a sua vida - mesmo quando possuem autorização de residência, trabalham e descontam mensalmente, tenham ou não filhos nascidos em Portugal, etc. - faz com que estes se sintam desligados da vida cívica e confrontados pela impotência de poderem influenciar o decurso das coisas. Quando naturalizados portugueses, como isto raramente altera a sua condição social nem muda a sua vida dentro do país, apesar de poderem votar, estes cidadãos prosseguem agindo como cidadãos imigrantes e estrangeiros, pois dessa «condição» não se conseguiram libertar ainda mentalmente, devido à discriminação que sofrem quer devido à sua cor de pele, quer devido aos seus sotaques e formas de expressão, quer devido às suas indumentárias, quer devido à sua religião ou quer devido à localidade onde moram.

É através da política que as comunidades migrantes passam a ter voz, a deixarem de ser invisíveis. E isto tem acontecido com a proliferação das associações de imigrantes, de onde se consegue sentir o vento contrário da ideia de não interesse e

da não participação cívica - apesar de estas associações muitas das vezes serem direccionadas para determinadas comunidades ou grupos e não albergarem todos os imigrantes.

Em termos políticos, os representantes das associações de migrantes podem ser escutados, mas existe uma grande distinção entre a participação de um ou mais representantes da comunidade nos processos de decisão, e a participação comunitária propriamente dita. Ao primeiro caso denominamos de «representatividade» e não de participação. Esta distinção não é meramente simbólica, porque em termos práticos, embora ambas (quer a representatividade como a participação) impliquem metodologia participativa e sejam considerados como «participação», a participação comunitária é sempre inclusiva, enquanto a representatividade pode ser exclusiva, na medida em que não dá voz a grupos normalmente excluídos dos processos de decisão, como os jovens e as mulheres de certas comunidades.

É fundamental, por isso, que haja uma acção bidireccional, de sensibilização política por iniciativa dos próprios partidos políticos e das estruturas/entidades locais, assim como uma pressão das entidades que trabalham sobre a questão da imigração e das associações locais de imigrantes no sentido de exigirem a sua participação na vida nacional, reclamado a sua condição de CIDADÃO IMIGRANTE.